

# Marinha tenta primeiro garantir equipamentos

## ZENAIDE AZEREDO

As discussões sobre o papel constitucional dos militares, vem registrando ponto de vista semelhantes nas Forças Armadas, que defendem a manutenção dos atuais preceitos de participação na defesa interna e externa do País. Mesmo assim, Exército, Marinha e Aeronáutica estão atuando de maneira distinta na elaboração da nova Constituição.

Enquanto o Exército e a Aeronáutica continuam pautando sua atuação na mesma fórmula vigente antes da instalação da Constituinte, a Marinha adotou tática inovadora e mais política. No momento em que os constituintes tentam definir o andamento dos trabalhos da Assembléia e o próprio regimento interno, as habituais conversas entre o assessor parlamentar da força naval e os congressistas se desenvolvem sobre temas mais amenos, como as necessidades da Marinha.

Nessa primeira fase de trabalhos constitucionais, a estratégia, considerada mais promissora, é revelar aos parlamentares que a Marinha brasileira, das mais bem equipadas no século passado, é hoje a quinta da América Latina. Desta forma, a Marinha deixa claro que a discussão em torno do papel constitucional das Forças Armadas não é assunto para ser levado para a pauta de preocupações dos constituintes, pelo menos na fase inicial.

Como força eminentemente voltada para a defesa externa, preocu-

pada com a dependência do Brasil em relação ao oceano, a Marinha mostra-se mais profissional em suas aspirações constitucionais. E, taticamente, deixa a inquietação com o papel constitucional de defesa interna para uma discussão posteriores.

Na primeira semana da Constituinte, o assessor parlamentar da Marinha conversou com cerca de 60 parlamentares dos mais diversos partidos, além de almoçar com o deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), cogitado entre seus colegas para relator da comissão constitucional. Em todos esses contatos, sua principal preocupação tem sido a de relatar as necessidades materiais da força naval. O próprio ministro Henrique Sabóia, através de seu representante, deixou claro que é exatamente dotando as Forças de equipamentos modernos, a pagando bem seus integrantes, que os militares pelo menos os da Marinha, se sentirão mais inclinados e se dedicarão às suas atividades profissionais, afastando-se, conseqüentemente, da política.

A partir da segunda fase dos trabalhos constituintes é que o ministro irá definir o passo seguinte da atuação de seus representantes no Congresso. E aí sim deve abordar a questão da soberania nacional. Enquanto isso, vai ativando seus canais de comunicação entre o Legislativo e o ministério, permitindo que os parlamentares conheçam melhor a força e possam decidir "soberanamente, sem pressões".